



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**EXPEDIENTE PROTOCOLIZADO SOB Nº 14/2019**

**Processo Judicial Eletrônico – PJe nº 00020263920162000000 - Resolução CNJ nº 270/2018**

**CONCLUSÃO**

Nesta data, tendo em vista o recebimento da Cópia da Resolução CNJ nº 270/2018, faço concluso o presente expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Regional, Dr. LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL.

São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

Juliana Silva Magalhães  
Analista Judiciário

Expeça-se Ofício Circular a todas as Varas e a todos os Juízes deste Regional, enviando cópia da Resolução CNJ nº 270/2018 acima mencionada, para ciência e eventuais providências cabíveis. Após, arquite-se o presente expediente.

São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

**LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL**  
**Desembargador Corregedor Regional**

Zimbra

gabcorreg@trtsp.jus.br

---

**Fwd: Resolução CNJ nº 270/2018**

---

**De :** SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL  
<seccorreg@trtsp.jus.br>

Seg, 07 de jan de 2019 12:52

 1 anexo

**Assunto :** Fwd: Resolução CNJ nº 270/2018

**Para :** gabcorreg <gabcorreg@trtsp.jus.br>

---

**De:** "secjud" <secjud@trtsp.jus.br>

**Para:** "Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região" <varas-trt2@trtsp.jus.br>

**Cc:** "secjud" <secjud@trtsp.jus.br>, "SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL" <seccorreg@trtsp.jus.br>

**Enviadas:** Sexta-feira, 28 de dezembro de 2018 15:07:14

**Assunto:** Resolução CNJ nº 270/2018

Exmo (a) Sr (a) Magistrado (a),

Em cumprimento ao r. despacho da Exma. Sra. Desembargadora Presidente, encaminho a Vossa Excelência a Resolução CNJ nº 270/2018.

Respeitosamente,

Marcia da C. Bonfim Barbosa  
Analista Judiciário

---


 **Prot. nº 5349.18.pdf**  
381 KB

---



Conselho Nacional de Justiça  
PJe - Processo Judicial Eletrônico

Prot. 5349/18: Encaminhe-se cópia da Resolução CNJ nº 270/20118 à Secretaria Geral Judiciária, para divulgação junto aos magistrados deste Regional e à DGA, para as providências necessárias. Ciência no Comitê do Trabalho Decente e Seguro -- Igualdade e Diversidade. São Paulo, 26/12/18

  
Rilmá Aparecida Hemetério  
Desembargadora Presidente do Tribunal

Número: **0002026-39.2016.2.00.0000**

Classe: **ATO NORMATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Cons Luciano Frota**

Última distribuição : **04/05/2016**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Ato Normativo**

Objeto do processo: **Proposta - Resolução - Utilização - Nome Social - Trans - Travestis - Transexuais - Usuários - Serviços Judiciários - Membros - Estagiários - Servidores - Terceirizados - Tribunais.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (REQUERENTE)			
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
35041 01	03/12/2018 14:49	Acórdão	Acórdão

17:24 08/01/2019 000014 TRT 2a. REGIAO - SEC. CORRETORIA



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**RESOLUÇÃO Nº 270 , DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,**

**CONSIDERANDO** a importância do princípio da eficiência para a Administração Pública, art. 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a dignidade humana, fundamento da República Federativa previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o art. 3º da Constituição Federal que determina ser objetivo fundamental da República Federativa do Brasil constituir uma sociedade livre, justa e solidária, além da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se dar a máxima efetividade aos direitos fundamentais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se dar tratamento isonômico aos usuários dos serviços judiciários, membros, servidores, terceirizados e estagiários no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário;



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**CONSIDERANDO** a publicação do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, da Presidência da República, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

**CONSIDERANDO** os Princípios de Yogyakarta, de novembro de 2006, que dispõem sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero;

**CONSIDERANDO** que o Estado deve assegurar o pleno respeito às pessoas, independentemente da identidade de gênero, respeitando a igualdade, a liberdade e a autonomia individual, que deve constituir a base do Estado Democrático de Direitos e nortear a realização de políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e respeito às diferenças humanas, incluídas as diferenças sexuais;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do CNJ no Procedimento de Ato Normativo nº 0002026-39.2016.2.00.0000, na 40ª Sessão Virtual, realizada entre 22 e 30 de novembro de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos, na forma disciplinada por esta Resolução.

Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, e por ela declarado.



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Art. 2º Os sistemas de processos eletrônicos deverão conter campo especificamente destinado ao registro do nome social desde o cadastramento inicial ou a qualquer tempo, quando requerido.

§ 1º O nome social do usuário deve aparecer na tela do sistema de informática em espaço que possibilite a sua imediata identificação, devendo ter destaque em relação ao respectivo nome constante do registro civil

§ 2º Nos casos de menores de dezoito anos não emancipados, o nome social deve ser requerido pelos pais ou responsáveis legais.

§ 3º As testemunhas e quaisquer outras pessoas que não forem parte do processo poderão requerer que sejam tratadas pelo nome social, nos termos do art. 1º desta Resolução.

§ 4º Os agentes públicos deverão respeitar a identidade de gênero e tratar a pessoa pelo prenome indicado nas audiências, nos pregões e nos demais atos processuais, devendo, ainda, constar nos atos escritos.

§ 5º Em caso de divergência entre o nome social e o nome constante do registro civil, o prenome escolhido deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos externos, acompanhado do prenome constante do registro civil, devendo haver a inscrição "registrado(a) civilmente como", para identificar a relação entre prenome escolhido e prenome civil.

Art. 3º Será utilizado, em processos judiciais e administrativos em trâmite nos órgãos judiciários, o nome social em primeira posição, seguido da menção do nome registral precedido de "registrado(a) civilmente como".

Parágrafo único. Nas comunicações dirigidas a órgãos externos, não havendo espaço específico para registro de nome social, poderá ser utilizado o nome registral desde que se verifique que o uso do nome social poderá acarretar prejuízo à obtenção do direito pretendido pelo assistido.

Art. 4º A solicitação de uso do nome social por magistrado, servidor, estagiário ou terceirizado poderá ser requerida por escrito no momento da posse, ou a qualquer tempo, à Secretaria de Gestão de Pessoas ou ao responsável pelos recursos humanos da respectiva unidade de lotação.

o N



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

Art. 5º Sem prejuízo de outras circunstâncias em que se constatar necessário, o nome social será utilizado nas seguintes ocorrências:

- I – comunicações internas de uso social;
- II – cadastro de dados, prontuários, informações de uso social e endereço de correio eletrônico;
- III – identificação funcional de uso interno;
- IV – listas de números de telefones e ramais; e
- V – nome de usuário em sistemas de informática.

Parágrafo único. É garantido, no caso do inciso III, bem como nos demais instrumentos internos de identificação, o uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 6º Os setores administrativos responsáveis promoverão a divulgação da presente Resolução e expedirão orientações e esclarecimentos sobre a questão de identidade de gênero.

Art. 7º As Escolas Nacionais da Magistratura (ENFAM e ENAMAT) e o CEAJUD, em cooperação com as escolas judiciais, promoverão a formação continuada de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários sobre a temática de identidade de gênero para a devida aplicação de presente Resolução.

Art. 8º As denúncias referentes a não utilização do nome social deverão ser encaminhadas às respectivas Corregedorias dos Tribunais, estabelecendo um prazo de noventa dias para verificação e inclusão do nome social em todos os documentos descritos no art. 5º e em outros específicos de cada Tribunal, bem como aos sistemas de informação e congêneres.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, fixando-se prazo de noventa dias, para adequação dos documentos e sistemas de informática pelos tribunais.

  
Ministro DIAS TOFFOLI